



# TRT-BA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA  
5ª REGIÃO

500 questões gabaritadas  
- Praticando

Ensino Superior: Analista Judiciário – Área Judi-  
ciária e Analista Judiciário – Área Administrativa



CÓD: SL-081ST-22  
7908433227243

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Administração Pública .....	35
3. Direito Administrativo .....	49
4. Contabilidade Pública .....	61
5. Direito Constitucional .....	81
6. Legislação .....	95
7. Raciocínio Lógico-Matemático .....	109
8. Direito do Trabalho .....	119
9. Orçamento Público .....	133
10. Gestão de Pessoas .....	149

Durante a maior parte da sua história, os humanos não sabiam nada sobre 99,99% dos organismos do planeta – em especial, os micro-organismos. Foi só em 1674 que um olho humano viu um micro-organismo pela primeira vez, quando Anton van Leeuwenhock deu uma espiada através de seu microscópio caseiro e ficou impressionado ao ver um mundo inteiro de criaturas minúsculas dando volta em uma gota d'água. Hoje, projetamos bactérias para produzir medicamentos, fabricar biocombustível e matar parasitas.

Mas o momento mais notável e definidor dos últimos 500 anos ocorreu às 5h29m45s da manhã de 16 de julho de 1945. Naquele segundo exato, cientistas norte-americanos detonaram a primeira bomba atômica em Alamogordo, Novo México. Daquele ponto em diante, a humanidade teve a capacidade não só de mudar o curso da história como também de colocar um fim nela. O processo histórico que levou a Alamogordo e à Lua é conhecido como Revolução Científica. Ao longo dos últimos cinco séculos, os humanos passaram a acreditar que poderiam aumentar suas capacidades se investissem em pesquisa científica. O que ninguém poderia imaginar era em que aceleração frenética tudo se daria.

(Adaptado de. HARARI, Yuval Noah. Uma breve história da humanidade. Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre. L&PM, 2018, p. 257-259, passim)

É inteiramente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na seguinte construção.

- (A) Caso não tivesse ocorrido o uso do modesto microscópio, a descoberta dos micro-organismos haveria de esperar mais algum tempo.
- (B) Fora providencial o uso daquele pequeno microscópio para que se venha a descobrir a existência de micro-organismos.
- (C) Teria sido adiada a revelação dos micro-organismos no caso de aquele cientista não vier a utilizar seu microscópio doméstico.
- (D) Ninguém imaginará que um microscópio tão limitado pudesse ter sido responsável pelo achado que então se dera.
- (E) Não fosse a curiosidade científica, aquele pequeno microscópio não terá entrado na história pela fanha que propiciara.

9. FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021  
Assunto. Locução verbal

Atenção. Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Duas revoluções da humanidade

Estamos hoje na confluência de duas imensas revoluções. Por um lado, biólogos estão decifrando os mistérios do corpo humano, particularmente do cérebro e dos sentimentos. Ao mesmo tempo, os cientistas da computação estão nos dando um poder de processamento de dados sem precedente. Quando a revolução na biotecnologia se fundir com a revolução na tecnologia da informática, essa fusão produzirá algoritmos de longo alcance capazes de monitorar e compreender nossos sentimentos muito melhor do que nós mesmos, e então a autoridade decisiva passará dos humanos para os computadores.

Nossa ilusão de que detemos uma total e livre capacidade de escolha, a que damos o nome de livre arbítrio, provavelmente vai se desintegrar à medida que nos depararmos, diariamente, com instituições, corporações e agências do governo que compreendem e manipulam o que era, até então, do domínio do nosso inacessível reino interior.

Isso já está acontecendo no campo da medicina. As decisões médicas mais importantes de nossa vida se baseiam não na sensação de estarmos doentes ou saudáveis, nem mesmo nos prognósticos informados por nosso médico – mas nos cálculos de computadores que entendem do nosso corpo muito melhor do que nós. Eles serão capazes de monitorar nossa saúde 24 horas por dia, sete dias por semana. Serão capazes de detectar, logo em seu início, a gripe, o câncer, o mal de Alzheimer, muito antes de sentirmos que há algo errado conosco. Poderão então recomendar tratamentos adequados, dietas e regimes diários, sob medida para nossa compleição física, nosso DNA e nossa personalidade, que são únicos.

(Adaptado de. HARARI, Yuval Noah.

21 lições para o século 21. São Paulo. Companhia das Letras, 2018, p. 74-75)

Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase.

- (A) Se os cientistas não disporem-se à criar, quem se responsabilizará pelos avanços da ciência?
- (B) Caso não lhes detêssemos a tempo, os obscurantistas de sempre continuariam a administrar a ciência.
- (C) Atribue-se nos avanços da biotecnologia a razão da obsolescência de certos tratamentos médicos.

(D) No último simpósio de biotecnólogos, alguns não conviram de assumir as novas responsabilidades que lhes foram atribuídas.

(E) À medida que se propuserem a cumprir as novas metas da nova ciência, serão reconhecidos por toda a comunidade médica.

10. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto. Locução verbal

Vende a casa

O homem falou.

– Comprei esta casa; vendi-a. No intervalo, passaram-se 21 anos. Aconteceram diferentes coisas nesse intervalo. O ditador caiu, subiu de novo, matou-se. A bomba atômica explodiu, inventou-se outra bomba ainda mais terrível. Veio a paz, ou uma angústia com esse nome. Apareceram antibióticos, aviões a jato, computadores eletrônicos. O homem deu a volta ao universo e viu que a terra era azul. Fabricaram-se automóveis no Brasil. Pela rua passam biquínis aos três, aos quatro, e a geração nova usa rosto novo e nova linguagem. Mas a casa não mudou.

Veja esta pérgula. Está cercada de edifícios agressivos, não tem mais razão de ser, mas é uma pérgula. Quem a mandou fazer recebeu neste terraço, de onde se descortinavam os morros da Gávea e o mar. Hoje não se vê nada em redor, mas a pérgula é a mesma. O construtor morreu, como o dono primitivo; a pérgula está viva, com sua buganvília.

Esta escada, eu a subia com pernas de gato, nem reparava. Hoje subo contando os degraus que faltam, e, podendo evitar, evito a subida, fico lá embaixo. Ela deve estar-se rindo de mim, que me cansei depressa.

A sala, o pequeno escritório, está vendendo? Tudo resistiu mais do que o morador. Não queria acabar, e decerto, chegando a hora, me enterraria. Não usa mais sair defunto de casa, mas bem que a casa gostaria se, depois de me abrigar tanto tempo, pudesse me expor na sala, prestando mais um serviço. Porque não tem feito outra coisa senão prestar serviço. Às vezes com ironia ou aparen temente de mau humor. porta empenada, soalho abatido, defeitos na instalação elétrica antiquada. Porém seu mau humor nunca foi maior do que o meu, que usei e abusei de seus serviços com impaciência e tantas vezes a desprezei, chamando-a feia e desajeitada.

Tem goteiras; sempre teve, é um de seus orgulhos, ao que parece. Certa madrugada acordamos com a cachoeira no quarto. Tinham-se rompido umas telhas, e o mundo parecia vir abaixo, derretido em chuva. Pois não havia nada de mais sólido na terra do que esta velha casa remendada e maltratada. A prova aí está. Você nos compare, e diga.

Ratos? Sim, é próprio do lugar. Baratas, nem me fale. Passamos 21 anos lutando contra bichos pequenos, mas era combate leal, em igualdade de condições. Eles moravam no porão; nós, na parte de cima. A luta nunca se decidiu, e a casa nos dava chances idênticas. Era seu ingênuo divertimento.

Creio que fui feliz aqui. Trouxemos uma menina, que se levantava cedo para ir ao colégio; ouço ainda o despertador, vozes matutinas, sinto o cheiro de café coado na hora. Seu quarto é o mesmo, a mesma mobília de sucupira que naquele tempo se usava. O retrato dela, feito por um pintor que já morreu, está ali. Hoje é uma senhora que mora longe, e uma vez por ano chega com um senhor e três garotos do capeta. É quando a casa fica matinal, ruidosa, fica plenamente casa, bagunça, festa cheia de gritos. Esses rabiscos na parede, cadeiras remendadas, vidros partidos, está reparando? São das melhores alegrias da casa.

Agora temos de fechar e sair; vendi a casa. Será demolida, como todas as casas que restam serão demolidas. Era a única que sobrava nesta quadra; fora do alinhamento, sua massa barriguda tinha alguma coisa de insolente, de provocativo. Não podia continuar.

Isto é, podia. Eu é que entreguei os pontos. Agora veja o que está se passando. Mal assinei a escritura e voltei, começo a sentir-me estranho na casa. Rompeu-se um laço, mais do que isso, uma fibra. Eu não sabia ao certo o que é uma casa. Agora sei, e estou meio envergonhado.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Cadeira de balanço. São Paulo. Companhia das Letras, 2020)

Ao se transpor o trecho O homem falou. – Comprei esta casa (1o e 2o parágrafos) para o discurso indireto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma.

- (A) seria comprada.
- (B) teria comprado.
- (C) compraria.
- (D) tinha comprado.
- (E) fosse comprada.

11. FCC - TJ TRT19/TRT 19/APOIO ESPECIALIZADO/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto. Questões Variadas de Verbo

Atenção. Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

O canarinho

Atacado de senso de responsabilidade, num momento de descrença de si mesmo, Rubem Braga liquidou entre os amigos a sua passarinhada. Às crianças aqui de casa tocaram um bicudo e um canário. O primeiro não aguentou a crise da puberdade, morrendo uns dias depois. O menino se consolou, forjando a teoria da imortalidade dos passarinhos. não morrera, afirmou-nos, com um fanatismo que

11. FCC - AJ TRF3/TRF 3/APOIO ESPECIALIZADO/INFORMÁTICA/2019

Assunto: Governança Corporativa

A adoção de um sistema de compliance no âmbito de uma determinada entidade pública significa

- (A) uma alternativa para reparar prejuízos causados por corrupção praticada por seus agentes, assumido em acordo de leniência como sucedâneo de condenação pecuniária.
- (B) a utilização de indicadores para mensurar o atingimento de metas com o objetivo de conferir previsibilidade e confiabilidade à sua atuação, agregando valor à entidade.
- (C) a imposição de medidas restritivas, de ordem sancionatória, decorrentes de condenação por práticas de corrupção identificadas no âmbito da organização.
- (D) a adoção de um conjunto de disciplinas a fim de cumprir e se fazer cumprir as normas legais e regulamentares, bem como evitar, detectar e tratar quaisquer desvios ou inconformidades que possam ocorrer.
- (E) o compromisso de uma atuação socialmente responsável, cumprindo o papel de agente de governança corporativa em conjunto com os demais agentes estratégicos inseridos nesse sistema (stakeholders).

12. FCC - TJ TRF3/TRF 3/APOIO ESPECIALIZADO/INFORMÁTICA/2019

Assunto: Governança Corporativa

A relação do código de conduta com o sistema de compliance vigente em uma organização

- (A) é de subsidiariedade, pois o código de conduta é utilizado na ausência da implantação de um sistema de compliance.
- (B) inexistente, pois o código de conduta é uma ferramenta de natureza exclusivamente sancionatória e aplica-se em um espectro diverso do compliance, que é preventivo.
- (C) é intrínseca, eis que o código de conduta é de fundamental importância para pautar o padrão de conduta na organização e constitui, assim, ferramenta para auxiliar a atuação em conformidade, eliminando dúvidas de natureza ética.
- (D) é indireta, pois a ausência do código de conduta, que estabelece um rol taxativo de penalidades, reduz o alcance do sistema de compliance.
- (E) é relativa, pois a implantação de um sistema de compliance pode afastar a necessidade de código de conduta, se incorporar matriz de desvios de conduta.

13. FCC - TJ TRF3/TRF 3/ADMINISTRATIVA/SEM ESPECIALIDADE/2019

Assunto: Governança Corporativa

O sistema de compliance de uma organização é informado pelos princípios de governança corporativa, entre os quais se insere a equidade, que, nesse contexto, pode ser definida como

- (A) o tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.
- (B) o conjunto de todas as informações cuja divulgação seja do interesse da sociedade, e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos.
- (C) a responsabilização dos administradores pelos seus atos, com a reparação dos danos causados à companhia e à sociedade.
- (D) a mitigação das sanções aplicáveis àqueles que violem leis ou regulamentos, em face de compromissos de assunção de não reincidência e melhoria dos controles internos.
- (E) o ponto de equilíbrio entre o retorno esperado pelos acionistas da companhia, que possui o legítimo escopo de obtenção de lucro, e a responsabilidade social da mesma, que pode impactar sua lucratividade.

14. FCC - AGA (PREF RECIF(E))/PREF RECIFE/2019

Assunto: Governança Pública

Os conceitos de governança e governabilidade ganharam bastante ênfase nos últimos anos, sendo que

- (A) ambos os conceitos estão ligados ao exercício do poder, sendo que a governabilidade é aferida através do voto e a governança se expressa e pode ser medida mediante instrumentos de participação popular.
- (B) governança é um conceito aplicável exclusivamente às organizações privadas, o qual quando transposto para o setor público, assume a conotação de governabilidade dada as peculiaridades envolvidas nas relações públicas.
- (C) governabilidade possui caráter instrumental, representando as relações entre os agentes, públicos e privados, que sustentam a governança enquanto condição de natureza estritamente política.
- (D) governabilidade está ligada à capacidade política e às condições efetivas para governar derivadas da relação de legitimidade do governo junto à sociedade, enquanto a governança envolve o modo como o governo se organiza para atuar.
- (E) apenas a governança é um atributo da atuação administrativa, sendo a governabilidade um efeito meramente circunstancial e exógeno.

15. FCC - APOG (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/2019  
Assunto: Governança Pública

Nos debates entre as concepções sobre governabilidade e governança, presentes na atualidade, marque 1 para a assertiva que define governabilidade, e, 2 para a assertiva que traz a definição sobre governança.

( ) Diz respeito à capacidade governativa em sentido amplo.

( ) Capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução de metas coletivas.

( ) Refere-se às condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder em uma sociedade. ( ) Exercício da capacidade alargada de gestão das políticas públicas e do controle social sobre seus efeitos.

( ) Compreende a forma de governo, as relações entre os poderes, o sistema partidário e o equilíbrio entre as forças políticas de oposição e situação.

Preenche corretamente as lacunas acima, de cima para baixo,

- (A) 1 - 2 - 1 - 2 - 2
- (B) 2 - 1 - 2 - 1 - 2
- (C) 1 - 2 - 1 - 2 - 1
- (D) 2 - 2 - 1 - 2 - 1
- (E) 1 - 1 - 2 - 2 - 1

16. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico dos órgãos públicos

(A) se concentra nos problemas que a organização experimenta diuturnamente.

(B) busca a superação de objetivos imediatos.

(C) é caracterizado por um regime em que as metas não são fixas.

(D) parte de uma identificação sistemática de pontos fortes e fracos.

(E) procura identificar, internamente na organização, quais são as ameaças e quais são as oportunidades.

17. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Planejamento Estratégico

Considere que determinada entidade esteja realizando um diagnóstico institucional para estabelecer seu planejamento estratégico. Nesse contexto, a identificação da visão da referida entidade

(A) traduz a dimensão externa desse diagnóstico, sendo aferida a partir de avaliações feitas por clientes e fornecedores.

(B) reflete a forma como a entidade é reconhecida atualmente pela sociedade, sendo uma etapa precedente à identificação da sua missão.

(C) consiste nas metas estabelecidas com base em projeções futuras, podendo ser otimista, pessimista ou intermediária.

(D) decorrerá da precedente identificação de sua missão, representando os valores que informam sua atuação.

(E) pressupõe um olhar para o futuro, definindo-se como a entidade deseja ser reconhecida pela sociedade.

18. FCC - ANA LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA/ADMINISTRADOR/2020

Assunto: Planejamento Estratégico

Suponha que determinada entidade pública pretenda introduzir planejamento estratégico como forma de melhor alinhamento entre sua atuação e os objetivos públicos que deve perseguir. Nesse contexto, defrontou-se, inicialmente, com a necessidade de identificar a "visão" da entidade, ou seja,

(A) identificar as forças e fraquezas existentes na organização, a partir de uma análise interna que responda à pergunta. quais são as habilidades necessárias para que a entidade atinja seus objetivos?

(B) definir a razão de ser da entidade, o propósito pelo qual trabalham e se esforçam os seus colaboradores, respondendo à pergunta básica. para que existimos?

(C) realizar uma avaliação do cenário externo no qual a organização está inserida, respondendo à indagação. quais as oportunidades e ameaças que se apresentam no momento atual e futuro?

(D) responder à pergunta. onde a empresa quer chegar e o que deseja ser no futuro?; devendo a resposta ser construída com a participação dos colaboradores, buscando expressar um consenso dos membros da entidade.

(E) conhecer a cultura da organização, respondendo à pergunta. quais são os valores e os ideais individuais e coletivos dos seus integrantes?

Com base nessas informações tomadas em conjunto, o valor inscrito em restos a pagar processados, em 31/12/2021, em decorrência da execução orçamentária das Despesas Correntes foi, em reais,

- (A) 10.050,00
- (B) 4.750,00
- (C) 14.800,00
- (D) 529.750,00
- (E) 29.750,00

3. FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Um determinado ente da federação adquiriu uma televisão. O empenhamento e a liquidação regular ocorreram antes de 31 de dezembro daquele exercício, mas não o devido pagamento. Nesse caso,

- (A) houve crime fiscal, uma vez que o pagamento não foi realizado até 31 de dezembro daquele exercício, mesmo tendo a televisão sido entregue.
- (B) deve haver a inscrição da despesa em restos a pagar processados.
- (C) deve haver a inscrição da despesa em restos a pagar não processados.
- (D) deve haver a inscrição na dívida ativa não tributária.
- (E) houve crime fiscal, uma vez que não foi respeitado o exercício financeiro.

4. FCC - AGC (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Suponha que, ao final do exercício financeiro de 2018, o Município não tenha logrado efetuar o pagamento de despesas com contratos de obras relativas a parcelas efetivamente executadas e em relação às quais tenha ocorrido o empenho e liquidação. Referida situação

- (A) enseja a necessidade de registro das referidas despesas como restos a pagar, observado o regime de competência da despesa pública que pertence ao exercício em que foi empenhada.
- (B) constitui afronta ao regramento constitucional e legal incidente sobre despesas públicas, notadamente no que concerne ao princípio da anualidade, ensejando nulidade da despesa.
- (C) embora indesejável, não constitui prática vedada, devendo o gestor efetuar o registro dos débitos correspondentes como passivos contingentes para viabilizar o pagamento no próximo exercício.
- (D) demanda o cancelamento dos empenhos correspondentes e abertura de crédito adicional extraordinário para pagamento por indenização, onerando dotações do orçamento subsequente.

(E) configura endividamento público disfarçado, sendo, portanto, passível de aplicação de sanções ao ente, incluindo a proibição de recebimento de transferências voluntárias.

5. FCC - AGC (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Atenção. Utilize as informações a seguir para responder à questão.

As seguintes informações, referentes a transações ocorridas no mês de novembro de 2017, foram extraídas do sistema de contabilidade de um determinado ente público municipal.

– Arrecadação de Receitas de Impostos no valor de R\$ 35.000.000,00. Tal receita foi lançada no mês de outubro de 2017.

– Lançamento e arrecadação de Receitas de Serviços no valor de R\$ 5.000.000,00.

– Lançamento de Receitas com Aluguéis e Arrendamentos no valor de R\$ 2.500.000,00. Tal receita foi arrecada em dezembro de 2017.

– Obtenção de Operação de Crédito no valor de R\$ 1.000.000,00 com vencimento em setembro de 2018. Tal operação de crédito constava na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2017.

– Pagamento de R\$ 50.000,00 a fornecedores referentes a despesas com a aquisição de utensílios de laboratório. Em outubro de 2017, tais utensílios foram entregues pelo fornecedor e a despesa foi liquidada pelo valor total da nota de empenho emitida em setembro de 2017.

– Pagamento, no valor de R\$ 900.000,00, de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2016 referentes a despesas com a aquisição de um bem imóvel.

– Amortização de R\$ 80.000,00 referentes ao principal de uma Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.

– Liquidação de despesa, no valor de R\$ 15.000,00, referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. A nota de empenho foi emitida em setembro de 2017 e a despesa foi paga em março de 2018 pelo valor total do empenho.

– Empenho, liquidação e pagamento de despesa com Pessoal e Encargos Sociais no valor de R\$ 20.000.000,00.

– Empenho de despesa, no valor de R\$ 5.000,00, referente a Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, contratados para a adaptação de um bem imóvel do edifício-sede do referido ente. A despesa foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018 pelo valor total do empenho.

– Empenho de despesa, no valor de R\$ 150.000,00, referente à aquisição de luvas de malha de aço. A despesa foi liquidada e paga em fevereiro de 2018 pelo valor total do empenho.

- Devolução de depósito caução no valor de R\$ 35.000,00.

Com base nessas transações tomadas em conjunto, os restos a pagar processados inscritos em 31/12/2017 e a receita de capital arrecadada no mês de novembro de 2017 foram, respectivamente, em reais,

- (A) 20.000,00 e 3.500.000,00.
- (B) 150.000,00 e 41.000.000,00.
- (C) 150.000,00 e 1.000.000,00.
- (D) 20.000,00 e 1.000.000,00.
- (E) 20.000,00 e 41.000.000,00.

6. FCC - APOG (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Suponha que o Município tenha contratado serviços de recapeamento de vias públicas e, ao final do exercício, tendo ocorrido o empenho dos recursos destinados às despesas correspondentes bem como a medição e atestação dos serviços realizados, não logrou efetuar o pagamento devido ao contratado pelos serviços efetivamente realizados. Considerando o regime constitucional e legal vigente para execução das despesas públicas, o Município deverá

- (A) anular a liquidação de tais despesas, a qual deverá ser repetida no exercício seguinte.
- (B) providenciar o cancelamento do empenho, em observância ao princípio da anualidade.
- (C) inscrever tais despesas, que pertencem ao exercício findo, em restos a pagar.
- (D) incluir dotação para pagamento de tais despesas na Lei Orçamentária do próximo exercício.
- (E) anular as dotações que davam suporte a tais despesas e providenciar a abertura de crédito especial.

7. FCC - TEC FAZ (MANAUS)/PREF MANAUS/2019

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Em 28/11/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 10.000,00 referente à aquisição de 5 computadores. Em 17/12/2018, 3 computadores foram entregues pelo fornecedor e, nessa mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor de R\$ 6.000,00. O restante dos computadores adquiridos foi entregue pelo fornecedor em 16/01/2019, atendendo às cláusulas contratuais, data em que o restante da despesa empenhada em

28/11/2018 FOI LIQUIDADADA. EM 30/01/2019, FOI PAGO O VALOR DE R\$ 10.000,00 REFERENTE AO EMPENHO EMITIDO EM 28/11/2018. DE ACORDO COM O MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, EM 31/12/2018, O VALOR DE, EM REAIS,

- (A) 10.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados em liquidação pelo referido ente.
- (B) 10.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados a liquidar pelo referido ente.

(C) 6.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados e o valor de R\$ 4.000,00 foi inscrito em restos a pagar não processados pelo referido ente.

(D) 4.000,00 foi inscrito em restos a pagar processados e o valor de R\$ 6.000,00 foi inscrito em restos a pagar não processados pelo referido ente.

(E) 10.000,00 foi inscrito em restos a pagar não processados pelo referido ente.

8. FCC - TJ (TJ M(A)/TJ MA/APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

Considerando a legislação que rege os orçamentos públicos, em especial a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, os restos a pagar

(A) se materializam após a liquidação da despesa e passam a constituir despesa pertencente ao exercício subsequente, podendo ser cancelados se não houver receita para suportá-los.

(B) devem ser cancelados ao final do exercício, sendo vedado o seu pagamento em exercício diverso daquele em que ocorreu o empenho da despesa.

(C) constituem despesas não pagas no exercício em que foram empenhadas, as quais, para efeito do exercício subsequente, são consideradas despesas extraordinárias.

(D) decorrem de insuficiência financeira no curso do exercício, podendo ser suportados com receitas decorrentes de operações de crédito realizadas no exercício em curso ou no subsequente.

(E) são apurados ao final de cada quadrimestre do exercício, podendo ensejar medidas de ajustes como limitação de empenho ou cancelamento de programações orçamentárias.

9. FCC - CONT (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/2019

Assunto: Restos a Pagar (RAP)

A Lei nº 4.320/1964, nos artigos 36 e 37, faz distinção de Resto a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores. A esse respeito, é correto afirmar.

(A) Restos a Pagar são as despesas empenhadas, liquidadas e pagas em um exercício, mas que se referem a fatos que ocorreram no exercício anterior.

(B) Despesas de Exercícios Anteriores são despesas regularmente empenhadas no exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente.

(C) Existem dois tipos de Restos a Pagar. os processados e os não processados, sendo que o que distingue os dois tipos é o exercício em que as despesas foram empenhadas.



## 6. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Diante do que dispõe a Constituição Federal sobre os direitos e garantias fundamentais,

(A) é a todos assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

(B) tendo em vista o princípio da inviolabilidade, não é admitido o ingresso na casa do indivíduo sem o consentimento do morador, em nenhuma hipótese.

(C) é permitida a criação de tribunal penal especial para o julgamento de crimes hediondos que provoquem grande repercussão social.

(D) o princípio do direito à duração razoável do processo aplica-se exclusivamente no âmbito judicial, não havendo qualquer disposição a esse respeito àqueles que tramitam no âmbito administrativo, por serem estes, naturalmente, mais céleres.

(E) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

## 7. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Atenção. Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Cristina requereu a um determinado órgão público informação de interesse coletivo. Cristina

(A) tem direito a receber essa informação, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que se trata de interesse da coletividade.

(B) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, salvo se seu sigilo fosse imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(C) não tem direito a receber essa informação. Teria direito apenas se referida informação fosse de seu interesse particular, independentemente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, já que seria de cunho privado.

(D) não tem direito a receber essa informação. Contudo, caso o órgão público, por mera liberalidade, entender que referida informação é relevante para a coletividade, independente de ser ela considerada sigilosa por ser imprescindível à segurança do Estado, poderá fornecê-la a qualquer tempo.

(E) tem direito a receber essa informação, salvo se seu sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

## 8. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Ao dispor sobre direitos e garantias fundamentais, a Constituição Federal exige decisão judicial para

(A) dissolver compulsoriamente ou suspender as atividades de associações, sendo necessário, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

(B) autorizar a criação de associação de caráter paramilitar.

(C) entrar na casa do indivíduo, sem consentimento do morador, em caso de flagrante delito ou desastre.

(D) entrar e sair com bens do território nacional, em tempos de paz.

(E) instalar tribunal de exceção com competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida

## 9. FCC - AASDH (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/ASSISTENTE SOCIAL/2022

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A Constituição Federal de 1988 imprime novos direitos sociais que

(A) possuem caráter redistributivo, buscam promover a igualdade de acesso a bens socialmente produzidos, a fim de restaurar o equilíbrio para a coesão social.

(B) correspondem ao direito à vida, liberdade de pensamento e fé, o direito de ir e vir, à liberdade de imprensa e à igualdade perante a lei.

(C) só podem ser concretizados a partir da definição de um estatuto legal que tenha correspondência com a posição dos Jusnaturalistas e que tenha consonância com o campo dos direitos civis.

(D) dependem de uma mudança radical na sociedade emanada da lógica econômica vinculada ao fim do capitalismo. Sem essa transição, não se conquistam os direitos sociais.

(E) estão vinculados aos acordos expressos no arcabouço legal, uma vez que nem sempre a ampliação dos direitos sociais dependeu de disputas entre projetos políticos diferentes.

## 10. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

A Constituição Federal de 1988 prevê os direitos das mulheres em diversos momentos específicos, destacando-se o direito

(A) a ser abordada por profissional do sexo feminino, no capítulo da Segurança Pública da Constituição Federal.

(B) a participar das eleições em quantidade superior a 30% dos candidatos, no capítulo sobre Partidos Políticos da Constituição Federal.

(C) à proteção especial das mulheres idosas, no capítulo da Proteção à Família da Constituição Federal.

(D) de obter o título de domínio ou de concessão de uso, no capítulo da Política Urbana da Constituição Federal.

(E) a integrar o quadro diretivo dos sindicatos e confederações, no capítulo sobre Direitos Sociais da Constituição Federal.

#### 11. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) as seguintes afirmações sobre as normas constitucionais de proteção ao trabalho de adolescentes.

( ) É vedado o trabalho perigoso ou insalubre a pessoas menores de dezoito anos.

( ) É permitido o trabalho noturno a adolescentes que possuam entre dezesseis e dezoito anos.

( ) É permitido o trabalho insalubre a adolescentes menores de dezesseis anos na condição de aprendiz.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é.

(A) F – F – V.

(B) F – V – F.

(C) V – F – V.

(D) V – F – F.

(E) V – V – F.

#### 12. FCC - ASS SOC (TJ S(C)/TJ SC/2021

Assunto: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, “todos são iguais perante a lei [...]”. No segundo capítulo da Constituição estão dispostos os direitos sociais que versam pela garantia de proteção e garantias dadas pelo estado de direito. Nesse sentido, VETA-SE.

(A) Voto do trabalhador filiado aposentado e votação nas organizações sindicais nas três esferas.

(B) Fixação, em assembleia, da contribuição a ser descontada em folha para o custeio do sistema confederativo sindical.

(C) Participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho nas três esferas de governo.

(D) Criação de mais de uma organização sindical em qualquer grau de representatividade.

(E) Criação de mais de uma associação sindical em qualquer categoria profissional ou econômica.

#### 13. FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Direitos Coletivos dos Trabalhadores (arts. 8º a 11 da CF/1988)

Um empregado que registrou candidatura a cargo de direção de sindicato representativo da categoria no âmbito estadual foi eleito para um mandato de dois anos, que exerceu integralmente até o fim. Nos termos da Constituição Federal, a dispensa do empregado é vedada a partir do

(A) registro da candidatura e até um ano após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

(B) primeiro dia do mandato e até um ano após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

(C) registro da candidatura e até três anos após o fim do mandato.

(D) registro da candidatura e até dois anos após o fim do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

(E) primeiro dia do mandato e até três anos após o fim do mandato.

#### 14. FCC - DP AM/DPE AM/2021

Assunto: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Segundo as regras vigentes na Constituição Federal sobre nacionalidade,

(A) é considerado brasileiro nato, se nascido no Brasil, o filho de pai e mãe estrangeiros ainda que não domiciliados ou residentes no país.

(B) se o pai ou a mãe for brasileiro nato, a criança nascida no exterior é considerada brasileira nata sempre que o país estrangeiro de nascimento não lhe conferir nacionalidade.

(C) pode adquirir a nacionalidade brasileira o estrangeiro que resida ininterruptamente no Brasil há dez anos ou mais e assim requeira às autoridades competentes.

(D) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, serão considerados brasileiros natos desde que venham a residir no Brasil e optem, antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

(E) tem direito à naturalização brasileira o estrangeiro que viva no país há mais de três anos e tenha filho brasileiro ou seja casado formalmente com brasileiro nato ou naturalizado.

26. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ENGENHARIA DE SOFTWARE/2022

Assunto: Contratação Direta, Inexigibilidade e Dispensa (arts. 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021)

Consoante preceitua a Lei nº 14.133/2021, a dispensa de licitação

(A) é aplicável sempre que a competição se afigurar inviável.

(B) é autorizada quando a licitação for deserta ou fracassada, desde que mantidas todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um)

(C) independe da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, desde que comprovada a necessidade estatal.

(D) é aplicável à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

(E) desobriga à justificativa do preço, pois a economicidade da contratação é presumida.

27. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Instrumentos Auxiliares (arts. 78 a 88 da Lei nº 14.133/2021)

De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, que rege o procedimento de licitação e contratação da Administração Pública, o credenciamento

(A) insere-se entre os procedimentos auxiliares, podendo ser utilizado, entre outras hipóteses, quando se mostre viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

(B) constitui modalidade de licitação aplicável para prestação de serviços técnicos por pessoas físicas, quando não verificada hipótese de inexigibilidade em razão de notória especialização.

(C) somente é admissível nas hipóteses de dispensa de licitação, tendo por escopo assegurar a observância dos princípios da isonomia, da publicidade e o caráter competitivo do procedimento de escolha.

(D) constitui procedimento licitatório aplicável para a escolha da melhor oferta quando se tratar de serviço de natureza comum ou fornecimento de bens padronizados para entrega imediata.

(E) é um sucedâneo do procedimento licitatório, aplicável para contratação de serviços contínuos de pouca complexidade técnica e cujo valor não ultrapasse o limite para a modalidade convite.

28. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ENGENHARIA DE SOFTWARE/2022

Assunto: Formalização dos Contratos (arts. 89 a 95 da Lei nº 14.133/2021)

Um órgão da Administração Estadual, após regular licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, celebrou contrato de fornecimento contínuo de refeições preparadas, para atendimento ao refeitório dos servidores. O contrato possui vigência de quinze meses e não há mão de obra envolvida na prestação contratual. Seis meses após a data-base contratual, vinculada à data do orçamento estimado, a empresa contratada solicitou à Administração que providenciasse o reajustamento em sentido estrito do preço, tendo em vista cláusula contratual que estabelecia. o preço será reajustado com base no IGP-M, observada a periodicidade mínima de 6 (seis) meses.

A Administração, diante de tal solicitação, deverá

(A) atender ao pedido de reajustamento mediante simples apostila, em observância à cláusula contratual.

(B) rejeitar o pedido de reajustamento, visto que em contratos dessa natureza somente é cabível o instituto da repactuação.

(C) atender ao pedido, submetendo à autoridade competente minuta de aditamento contratual, visto que necessária para promover o reajustamento.

(D) rejeitar o pedido de reajustamento, visto que somente será possível o reajustamento por ocasião de eventual prorrogação contratual.

(E) rejeitar o pedido de reajustamento, justificando que a cláusula é nula, pois está em desacordo com a regra legal, que prevê interregno mínimo de um ano para reajustamento.

29. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Garantias (arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021)

A nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021), em relação à prestação de garantia dos contratos administrativos,

(A) autoriza a utilização de fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira estrangeira, desde que autorizada a operar pela autoridade reguladora do país- sede da empresa prestadora da garantia.

(B) exonera a seguradora, em caso de inadimplência do contratado em relação ao pagamento do prêmio do seguro-garantia.

(C) faculta ao contratado a escolha da modalidade de garantia a ser prestada, exceto nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, em que a Administração poderá exigir a prestação na modalidade seguro-garantia.

(D) mantém a obrigação, para o contratado, de reno-

var a garantia ou de endossar a apólice de seguro até eventual advento do termo contratual ou rescisão do contrato, ainda que haja suspensão do contrato ou inadimplemento pela Administração contratante.

(E) admite a prestação de caução em títulos de dívida privada, desde que tenham classificação máxima conferida por agência classificadora de risco registrada na CVM.

30. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Duração dos Contratos (arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021)

De acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações) sobre os contratos administrativos,

(A) a duração dos contratos regidos por essa Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar no mínimo dois exercícios financeiros.

(B) dentre as prerrogativas concedidas à Administração pública, em razão do regime jurídico que rege os contratos administrativos, está a possibilidade de alteração das cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos sem prévia concordância do contratado.

(C) a Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

(D) o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Os danos a terceiros, contudo, ficarão sob a responsabilidade exclusiva da Administração, diante das normas que regem a responsabilidade extracontratual do Estado.

(E) exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários e solidariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

31. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Execução dos Contratos (arts. 115 a art. 123 da Lei nº 14.133/2021)

Considere que determinada Secretaria de Estado tenha celebrado um contrato para a construção de um prédio público e no curso da execução tenha sido identificada, pelos órgãos de controle, a subcontratação de empreiteira para a execução de toda a parte hidráulica do prédio. Tal circunstância

(A) constitui prerrogativa da contratada, cabendo apenas comunicar previamente à contratante para assegurar que a subcontratada não possua em seus quadros pessoas vinculadas à Administração Pública.

(B) afigura-se ilegal, eis que a legislação não admite subcontratação total ou parcial do objeto do contrato administrativo, sob pena de burla ao procedimento licitatório.

(C) não constitui, necessariamente, infração por parte da contratada eis que é possível subcontratação parcial do objeto, nos limites autorizados pela Administração Pública e mediante comprovação da capacidade técnica do subcontratado.

(D) independe de autorização da Administração Pública e somente será irregular se a contratação tiver ocorrido com dispensa de licitação em função de notória especialização do contratado.

(E) afigura-se ilegal, eis que somente se admite subcontratação em contratos de prestação de serviços, sendo expressamente vedada para parcelas do objeto em contratação de obras.

32. FCC - PROC (TERESIN(A))/PREF TERESINA/2022

Assunto: Alteração dos Contratos e dos Preços (art. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021)

Observe as seguintes descrições, aplicáveis a institutos que se relacionam com a execução contratual.

I. mecanismo adotado para reequilíbrio dos preços dos serviços continuados, sob regime de mão de obra exclusiva, ou com predominância de mão de obra, em relação aos preços de mercado, aplicável com periodicidade mínima anual e mediante

demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato.

II. mecanismo que busca promover a atualização monetária dos preços contratuais, de maneira a retratar a variação efetiva do custo da produção, podendo ser adotados índices específicos ou setoriais.

III. mecanismo para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatores imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis,

(E) apenas Mercúrio terá o dia de ausência remunerado.

11. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Suspensão e Interrupção (contrato de trabalho)

Iris é doadora regular de sangue e no último ano de contrato praticou a ação de doar sangue em três oportunidades, deu à luz um filho, bem como contraiu matrimônio. Considerando o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, Iris pôde se ausentar do trabalho no último ano sem prejuízo do seu salário por

- (A) 11 dias.
- (B) 9 dias.
- (C) 13 dias.
- (D) 8 dias.
- (E) 7 dias.

12. FCC - ASS SOC (TJ S(C)/TJ SC/2021

Assunto: Aprendizagem

O jovem aprendiz é aquele com idade entre 14 anos e 16 anos cujo contrato de trabalho é especial e deve ser realizado em locais não prejudiciais à sua formação, bem como ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social. É obrigatório empregar e matricular esses jovens em cursos aprendizes no estabelecimento de trabalho, desde que demandem formação profissional. Para as empresas, o percentual obrigatório de contratação de jovem aprendiz é de

- (A) 10% de aprendizes.
- (B) 5% de aprendizes.
- (C) 6% de aprendizes.
- (D) 4% de aprendizes.
- (E) 15% de aprendizes.

13. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Trabalho Temporário

O contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder o prazo de cento e oitenta dias, consecutivos ou não. Comprovada a manutenção das condições que o ensejaram, nos termos da Lei no 13.429/2017, além desse prazo, o contrato

- (A) poderá ser prorrogado por até noventa dias, consecutivos ou não.
- (B) não poderá ser prorrogado por expressa vedação legal.
- (C) poderá ser prorrogado por até cento e vinte dias, necessariamente consecutivos.
- (D) poderá ser prorrogado por até cento e oitenta dias, consecutivos ou não.
- (E) poderá ser prorrogado por até sessenta dias, necessariamente consecutivos.

14. FCC - ANA ADM (SANAS(A)/SANASA/SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/2019

Assunto: Trabalho Temporário

Considere a seguinte situação hipotética. Carla foi contratada por empresa de trabalho temporário que a colocou à disposição de empresa tomadora de serviços para exercer determinado trabalho temporário, nos moldes do que preceitua a Lei Federal no 13.429/2017. A propósito do tema,

- (A) o contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços.
- (B) aplica-se ao trabalhador temporário, contratado pela tomadora de serviços, o contrato de experiência previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- (C) o trabalho temporário destina-se, dentre outras hipóteses, a atender à demanda complementar de serviços, que é a oriunda de fatores imprevisíveis ou, quando decorrente de fatores previsíveis, tenha natureza contínua, periódica ou sazonal.
- (D) dependendo do ramo da empresa tomadora de serviços, poderá existir vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.
- (E) o contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder o prazo de cento e oitenta dias, consecutivos ou não, sendo vedada a prorrogação deste prazo, ainda que comprovada a manutenção das condições que o ensejaram.

15. FCC - PROC (TERESIN(A)/PREF TERESINA/2022

Assunto: Salário Utilidade ou Salário in natura

Saturno é empregado da empresa Olimpo S/A e recebe um valor fixo de salário no importe de R\$ 10.000,00, além do fornecimento dos seguintes benefícios. tíquete-alimentação no valor mensal de R\$ 1.000,00, seguro de vida e de acidentes pessoais no valor mensal de R\$ 300,00, mensalidade de faculdade no valor de R\$ 800,00, aluguel de imóvel no valor mensal de R\$ 2.000,00. Nesse caso, o valor total a ser considerado como verba salarial para efeitos de recolhimento de FGTS e pagamento de verbas rescisórias será de

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 12.000,00.
- (C) R\$ 11.000,00.
- (D) R\$ 12.800,00.
- (E) R\$ 14.100,00.

## 16. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Insalubridade e Periculosidade

Tales é empregado do Posto de Combustíveis Para Todos Ltda., laborando na função de frentista, operando diretamente bomba de combustível. Dispensado pelo referido empregador, Tales ingressa com reclamação trabalhista, para cobrar direitos que entende ser credor de seu ex-empregador. Nessa situação, Tales faz jus a adicional de

- (A) periculosidade à base de 30% sobre o salário mínimo regional, desde que reconhecido por perícia técnica realizada por engenheiro de segurança do trabalho.
- (B) insalubridade, à base de 20% sobre o total de remuneração, incluindo salário básico e adicionais salariais que integram a remuneração para todos os efeitos.
- (C) penosidade à base de 30% sobre o total de remuneração, incluindo salário básico e adicionais salariais que integram a remuneração para todos os efeitos.
- (D) insalubridade, à base de 30% sobre o salário básico, desde que reconhecido por perícia técnica realizada por engenheiro de segurança do trabalho.
- (E) periculosidade à base de 30% sobre o salário básico, sendo desnecessária a realização de perícia técnica na hipótese, conforme jurisprudência sumulada do TST.

## 17. FCC - PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Insalubridade e Periculosidade

Nero foi empregado da empresa de limpeza Brilho Total Mão de Obra Especializada Ltda., tendo prestado serviços como auxiliar de limpeza em hospital da rede pública estadual por todo o período laborado. Em reclamação trabalhista proposta por Nero em face da sua ex-empregadora, tendo o Estado figurado como segundo reclamado, o mesmo, dentre outros pedidos, requereu adicional de insalubridade, tendo sido deferido pelo Juízo este adicional em grau máximo, o que foi objeto de trânsito em julgado. Nessa situação, sabendo-se que Nero percebia salário de R\$ 1.500,00, acrescido de média de horas extras de R\$ 200,00 mensais, e o salário mínimo vigente era de R\$ 1.200,00, o valor mensal a perceber a título desta condenação será

- (A) R\$ 480,00.
- (B) R\$ 600,00.
- (C) R\$ 560,00.
- (D) R\$ 680,00.
- (E) R\$ 510,00.

## 18. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Insalubridade e Periculosidade

Fênix trabalha em um posto de combustível como frentista, abastecendo diariamente os veículos. Hércules, empregado do mesmo estabelecimento, trabalha como motoboy, fazendo entregas de produtos da loja de conveniência por delivery. Nesse caso,

(A) Fênix e Hércules farão jus ao adicional de periculosidade no valor de 30% do respectivo salário base.

(B) Fênix fará jus ao adicional de periculosidade no valor de 30% do seu salário base, e Hércules fará jus ao adicional de insalubridade no valor de 10%, 20% ou 40% do salário mínimo, conforme grau apurado em perícia.

(C) Fênix e Hércules farão jus ao adicional de insalubridade no valor de 10%, 20% ou 40% do salário base, conforme grau apurado em perícia.

(D) Fênix fará jus ao adicional de insalubridade no valor de 10%, 20% ou 40% conforme grau apurado em perícia, e Hércules fará jus ao adicional de periculosidade no valor de 30% do seu salário base.

(E) Fênix e Hércules farão jus ao adicional de periculosidade no valor de 30% do salário mínimo.

## 19. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Insalubridade e Periculosidade

Adonis é empregado do Hospital Cura Tudo, exercendo a função de enfermeiro, recebendo a remuneração média de R\$ 2.500,00, sendo composto de R\$ 1.500,00 de salário fixo, R\$ 500,00 de ajuda de custo e R\$ 500,00 de vale-alimentação. O referido empregado, após conversa com o seu empregador, passará a receber adicional de periculosidade, uma vez que, após laudo, o engenheiro contratado pelo hospital atestou a periculosidade no local de trabalho. Nessa situação, com base na CLT, Adonis deverá receber a esse título, em reais,

- (A) 750,00
- (B) 1.000,00
- (C) 600,00
- (D) 500,00
- (E) 450,00

## 20. FCC - AJ TRT4/TRT 4/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Insalubridade e Periculosidade

Mirtes foi contratada como empregada doméstica para prestar serviços de acompanhante de idoso, de segunda a sábado. Na residência do seu empregador há um tanque de óleo diesel para fazer funcionar um gerador que alimenta o aparelho que o idoso necessita, em caso de faltar energia elétrica. Nessa condição, com base no que prevê a Constituição Federal de 1988, Mirtes

(A) deverá perceber o competente adicional de periculosidade, no percentual de 30% do seu salário básico.

(B) deverá perceber o competente adicional de periculosidade, no percentual de 30% da sua remuneração, composta pelo salário acrescido de outras verbas salariais.

(D) o Governo Federal poderia ter cumprido com a meta, caso houvesse compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais, condição esta ausente na LDO.

(E) as estatais federais contribuíram com déficit superior ao previsto na LDO.

13. FCC - ANA FOM (AFAP)/AFAP/CRÉDITO/2019

Assunto: Vedações constitucionais em matéria orçamentária (Art. 167 da CF/1988)

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) estabelece comando alinhado com o art. 167, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no sentido de que, para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o montante previsto para as receitas de operações de crédito

(A) seja, no mínimo, equivalente às despesas de capital necessárias para a implementação dos projetos de investimento previstos no Plano Plurianual.

(B) não poderá ser superior ao montante das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

(C) seja suficiente para o pagamento do serviço da dívida pública.

(D) deve ser superior aos restos a pagar existentes no ano considerado.

(E) não exceda as despesas obrigatórias de caráter continuado.

14. FCC - CONT (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/2019

Assunto: Vedações constitucionais em matéria orçamentária (Art. 167 da CF/1988)

A Constituição Federal de 1988, pelo seu artigo 167, parágrafo 1º, dispõe. "Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade".

Tal disposição sinaliza

(A) a definição do PPA como instrumento com forte poder ordenador da fase de elaboração do orçamento.

(B) um processo de orçamentação que desvincula o curto e o médio prazos de planejamento.

(C) a eliminação da fase de apreciação e autorização legislativa do ciclo orçamentário.

(D) a supressão da fase de execução dos orçamentos aprovados.

(E) o desdobramento da Lei Orçamentária Anual (LO(A)) em orçamentos distintos.

15. FCC - CONS TEC (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/ADMINISTRATIVO/2019

Assunto: Vedações constitucionais em matéria orçamentária (Art. 167 da CF/1988)

Ao tratar do Orçamento, a Constituição Federal faz referência a várias vedações orçamentárias e, dentre elas, VEDA.

I. A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

II. A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

III. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

IV. A vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, sem qualquer exceção.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e IV.

(B) I, II e IV.

(C) I e II.

(D) III.

(E) I, II e III.

16. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Conceitos Gerais sobre Despesa Pública

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o pagamento do valor principal das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária e o pagamento de Restos a Pagar Processados são, respectivamente,

(A) uma Despesa Orçamentária de Capital e uma Despesa Orçamentária.

(B) uma Despesa Orçamentária de Capital e um Dispêndio Extraorçamentário.

(C) uma Despesa Orçamentária Corrente e um Dispêndio Extraorçamentário.

(D) um Dispêndio Extraorçamentário e um Dispêndio Extraorçamentário.

(E) um Dispêndio Extraorçamentário e uma Despesa Orçamentária.

17. FCC - ANA LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E DE CONTROLE INTERNO/TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO/2020

Assunto: Conceitos Gerais sobre Despesa Pública

Em 28/11/2019, uma entidade pública governamental devolveu o valor de R\$ 6.000,00 referente à caução em dinheiro fornecida, em 20/12/2018, por uma pessoa jurídica contratada para prestar serviços de confecção e instalação de cortinas persianas. A devolução da caução em dinheiro em 28/11/2019 deu origem, na entidade pública governamental, a

- (A) um dispêndio extraorçamentário.
- (B) uma despesa orçamentária com Outros Serviços de Terceiros.
- (C) uma restituição de receita orçamentária.
- (D) uma despesa orçamentária com Investimento.
- (E) uma despesa orçamentária com Inversão Financeira.

18. FCC - ASS TF (MANAUS)/PREF MANAUS/"SEM ÁREA"/2019

Assunto: Conceitos Gerais sobre Despesa Pública

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o pagamento de restos a pagar processados no valor de R\$ 89.000,00 corresponde a

- (A) uma despesa orçamentária de capital.
- (B) uma despesa orçamentária corrente.
- (C) uma variação patrimonial diminutiva.
- (D) um ingresso extraorçamentário.
- (E) um dispêndio extraorçamentário.

19. FCC - ASS TF (MANAUS)/PREF MANAUS/"SEM ÁREA"/2019

Assunto: Estágios da Despesa Pública

Em 12/12/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 3.460,00 referente à aquisição de material de copa e cozinha, sendo que tal material foi adquirido para ser utilizado pelo pessoal alocado no referido ente para o desenvolvimento de suas atividades. Em 19/12/2018, todo o material adquirido foi entregue pelo fornecedor e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. A despesa foi paga, pelo valor total de R\$ 3.460,00, em 18/01/2019.

Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para a formalização do empenho da despesa ocorrido em 12/12/2018 foi emitido um documento denominado

- (A) Ordem Bancária de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.
- (B) Ordem de Liquidação, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para a liquidação da referida despesa.
- (C) Comprovante de Empenho, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.
- (D) Nota de Empenho, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para a liquidação da referida despesa.
- (E) Nota de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o recolhimento da referida despesa.

20. FCC - CONT (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/2019

Assunto: Estágios da Despesa Pública

Com relação às etapas das Despesas Públicas.

- (A) a fixação da despesa, que faz parte do processo de planejamento, refere-se aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base no que o governo precisa desembolsar para atender às necessidades e aos anseios da população.
- (B) a execução da despesa, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, transcorre em cinco estágios: fixação, empenho, liquidação, pagamento e contestação.
- (C) o empenho consiste na promessa efetiva de pagamento, sendo formalizado através de um compromisso assinado pelos representantes do órgão público, assegurado ao credor que ele receberá efetivamente o valor das despesas.
- (D) a licitação é a fase que precede o empenho das despesas e tem a finalidade de verificar junto aos fornecedores quem oferece as melhores condições ao órgão público (preço, prazo de entrega, formas de pagamento).
- (E) quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado totalmente, sendo vedada sua anulação parcial.



6. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021  
Assunto: Cultura Organizacional

Em uma situação hipotética, após completar uma semana de expediente no Tribunal de Justiça, um analista se colocou em uma situação de tentar decifrar a cultura daquela organização. Contudo, com pouco tempo de admisão, ele constatou que aquilo que ele podia ver e decifrar estava restrito aos “artefatos”, que são representados por

- (A) filosofias, estratégias e objetivos.
- (B) pressuposições básicas.
- (C) valores compartilhados.
- (D) percepções, pensamentos e sentimentos.
- (E) ritos e símbolos.

7. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Cultura Organizacional

A cultura organizacional é um fenômeno intimamente ligado ao comportamento dos integrantes de uma organização e possui aspectos identificáveis em diferentes níveis, sendo

- (A) ritualísticos aqueles inerentes a comportamentos e práticas usuais, e preditivos aqueles recomendados por normas formais de conduta.
- (B) os fundamentos básicos uma dimensão psicológica da cultura, que se contrapõe à dimensão estrutural, que são os valores e crenças da organização.
- (C) todos aspectos conscientes e visíveis, representados por condutas normatizadas pela organização, em caráter mandatário ou indicativo.
- (D) de natureza informal aqueles aplicados pelos usos e costumes da organização, e de caráter estrutural aqueles impostos pela alta liderança.
- (E) os aspectos formais e abertos, ditos artefatos observáveis, o nível de maior visibilidade da cultura organizacional.

8. FCC - AGA (PREF RECIF(E)/PREF RECIFE/2019

Assunto: Cultura Organizacional

Os denominados “artefatos observáveis”, na forma definida pela doutrina, dizem respeito

- (A) a item determinante nas pesquisas de aferição do clima organizacional.
- (B) aos aspectos mais superficiais e visíveis da cultura organizacional.
- (C) aos fatores da cultura que mais influenciam o clima organizacional.
- (D) ao resultado de pesquisa de clima organizacional que não se relaciona com a cultura.
- (E) a fatores exógenos à organização, ligados ao ambiente externo, que influenciam seu clima e cultura.

9. FCC - ASS ADM FOM (AFAP)/AFAP/2019

Assunto: Cultura Organizacional

O fenômeno da cultura organizacional comporta aspectos

- (A) de diferentes naturezas, porém todos extremamente fechados e de difícil percepção e identificação por aqueles que não integram a organização.
- (B) tanto formais e abertos, denominados por alguns estudiosos como artefatos observáveis, quanto fechados, estes denominados pressupostos básicos.
- (C) de fácil assimilação pelos integrantes da organização e passíveis de rápida modificação a partir de influências externas.
- (D) que não comportam alteração, salvo a partir dos denominados ritos de degradação que surgem a partir da desconstrução dos valores predicados pela organização.
- (E) extrínsecos à organização, como fatores ambientais e sociais, que, quando isolados, redundam no fenômeno da contracultura.

10. FCC - ASS TF (MANAUS)/PREF MANAUS/“SEM ÁREA”/2019

Assunto: Cultura Organizacional

No que concerne aos níveis fundamentais da cultura organizacional, ordinariamente apontados pela doutrina, tem-se que os valores representam

- (A) os aspectos mais visíveis da cultura, sendo também denominados artefatos observáveis.
- (B) a camada intermediária da cultura, nem sempre sendo possível visualizá-los com facilidade.
- (C) os pressupostos básicos da cultura, situados em seu nível mais profundo.
- (D) os aspectos exógenos da cultura, apenas vislumbrados por agentes externos.
- (E) a forma de consolidação da cultura, também denominados ritos de confirmação.

11. FCC - ANA ADM (SANAS(A)/SANASA/SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS/2019

Assunto: Cultura Organizacional

O elemento implícito da cultura organizacional que tem como finalidade orientar os comportamentos denomina-se

- (A) Crença.
- (B) Valor.
- (C) Rito.
- (D) Tabu.
- (E) Saga.

12. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2019

Assunto: Cultura Organizacional

A cultura organizacional é um conjunto de valores composto por fatores como crenças, pressupostos e padrões de comportamento que fundamentam uma organização e são compartilhados por seus membros. Algumas características sintetizam os aspectos básicos que formam a essência da cultura corporativa, como inovação, atenção aos detalhes, orientação aos resultados, foco nas pessoas ou equipes, agressividade e estabilidade. A orientação para os resultados é o grau em que

- (A) as atividades de trabalho são mais organizadas em torno de equipes do que de indivíduos.
- (B) os funcionários demonstram precisão, análise e atenção aos detalhes.
- (C) os funcionários são motivados a ser inovadores e a assumir riscos.
- (D) os dirigentes focam mais os resultados do que as técnicas e os processos empregados para o seu alcance.
- (E) as atividades organizacionais enfatizam a manutenção do status quo ao invés do crescimento.

13. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Motivação

Ao estudar a dinâmica da motivação no ambiente organizacional, diversos estudiosos, a exemplo de Frederick Herzberg, separam os fatores motivacionais dos fatores higiênicos com base no seguinte conceito.

- (A) Os fatores motivacionais são intrínsecos, enquanto os higiênicos dizem respeito ao ambiente de trabalho e apenas evitam a insatisfação.
- (B) Os fatores higiênicos são determinantes para aumentar a produtividade da organização, enquanto os motivacionais apenas impulsionam o indivíduo.
- (C) A relação entre ambos é inversamente proporcional, pois na medida em que os motivacionais declinam, os higiênicos são ampliados.
- (D) Existe uma relação de precedência no incremento de tais fatores para obter aumento de produtividade, devendo-se iniciar pelos motivacionais.
- (E) Os fatores higiênicos, quando melhorados, operam sensível incremento na produtividade, tornando irrelevantes os motivacionais.

14. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Motivação

Entre os diversos estudiosos que desenvolveram teorias buscando explicar o fenômeno da motivação no ser humano, destaca-se Abraham Maslow, que preconizou a

- (A) organização das necessidades humanas segundo uma hierarquia a ser atendida, começando pelas fisiológicas e culminando com as ligadas à autorrealização.
- (B) divisão entre fatores extrínsecos, ligados ao ambiente e que potencializam a motivação individual, e intrínsecos, inerentes à personalidade e de difícil modulação.
- (C) natureza negativa do ser humano, sustentando que o homem médio é avesso ao trabalho e precisa de fatores indutores para produzir, devendo ser controlado e não propriamente motivado.
- (D) natureza positiva do ser humano, sustentando que a maior parte dos indivíduos busca satisfação e autorrealização no trabalho e não apenas subsistência.
- (E) importância do reforço positivo para gerar motivação e aumentar a produtividade, abandonando a ideia anterior de punições, que funcionam como reforço negativo e geram insatisfação.

15. FCC - ANA (TJ S(C)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Motivação

Ao comparar a pirâmide de necessidades de Maslow com o modelo de fatores de higiene-motivação de Herzberg, as políticas administrativas e empresariais equivalem, para ambos os modelos, respectivamente, às necessidades

- (A) fisiológicas e aos fatores higiênicos.
- (B) sociais e aos fatores motivacionais.
- (C) de segurança e aos fatores higiênicos.
- (D) de autorrealização e aos fatores motivacionais.
- (E) de estima e aos fatores motivacionais.

16. FCC - AP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRAÇÃO/2021

Assunto: Motivação

De acordo com a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas, desenvolvida por Abraham Maslow, a satisfação das necessidades fisiológicas, ligadas à sobrevivência,

- (A) possui diferentes graus de relevância conforme se trate de posições mais ou menos elevadas na pirâmide da hierarquia de cada organização, não figurando como fator motivacional para as posições do topo da pirâmide de Maslow.
- (B) por ser a mais básica dos seres humanos, ligada à proteção contra ameaças e privações, não deve ser considerada para fins motivacionais no ambiente organizacional.